

ENSINO SUPERIOR

Governo propõe 45,1% de aumento salarial

Proposta também inclui plano de carreira para docentes das universidades e institutos federais

BRASÍLIA - Após quase dois meses de greve dos professores das universidades e institutos

federais, o governo federal apresentou ontem uma proposta que prevê plano de carreira que entraria em vigor a partir de 2013 e um aumento salarial que, de acordo com o Ministério do Planejamento, pode chegar a até 45,1%.

A proposta reduz de 17 para 13 os níveis de carreira, uma das reivindicações

do movimento grevista. O governo diz ainda que irá conceder reajuste salarial a todos os docentes federais de nível superior, além dos 4% concedidos pela MP 568 retroativo a março, ao longo dos próximos três anos.

Para os professores titulares com dedicação exclusiva, topo da carreira, os ganhos chegarão a R\$ 17,1 mil em

três anos. Segundo o Planejamento, esse valor representa um aumento de 45,1% em relação aos salários de fevereiro, que eram de R\$ 11,8 mil. Em março, uma medida provisória já havia determinado um reajuste, retroativo ao período, de 4% nos salários e a incorporação das gratificações aos vencimentos básicos.

Impacto no Orçamento será de R\$ 3,9 bilhões

Os salários dos professores já ingressados na universidade, com título de doutor e dedicação exclusiva passarão de R\$ 7,3 mil para R\$ 10 mil no período de três anos. O governo também prevê um novo processo de certificação para os professores dos institutos federais.

A principal reivindicação do movimento grevista é a reestruturação da carreira docente, por isso, as negociações são feitas com o Ministério do Planejamento. Na última reunião, a pasta propôs que a greve fosse encerrada e que as discussões continuassem com base na carreira do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação). Os docentes não concordaram em acabar com a paralisação.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse ontem que a proposta do

governo terá um impacto no Orçamento de R\$ 3,9 bilhões para os próximos três anos.

Esse valor será dividido em R\$ 1,56 bilhão (40%) para 2013, R\$ 1,17 bilhão para 2014 (30%)

e outro R\$ 1,17 bilhão (30%) para 2015.

Segundo Marinalva Oliveira, presidente do Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), será preciso discuti-la no conselho geral de greve e nas assembleias de base, para só então definir se a greve continua ou não. "Acho que isso deve levar ao menos uma semana, mas só sabermos depois."

Em coletiva de imprensa nesta sexta, a ministra Miriam Belchior criticou a greve, a que chamou de precipitada. "Sempre temos um timing de negociação, que é de julho para agosto, porque é o momento de fechamento do Orçamento. Por isso, houve precipitação das universidades e institutos federais ao deflagrarem uma greve em maio", afirmou.

UNIVERSIDADES FEDERAIS

Greve dos professores

- Propostas do governo
 - Plano de carreira para professores dos institutos e universidades federais
 - O plano entraria em vigor a partir de 2013
 - Níveis de carreira serão reduzidos de 17 para 13
 - Garante ao professor com doutorado e dedicação exclusiva salário inicial de R\$ 8,4 mil
 - Aumento salarial que pode chegar a até 45,1%, até 2015
 - A remuneração dos professores que já estão na universidade, com título de doutor e dedicação exclusiva, aumentará de R\$ 7,3 mil para R\$ 10 mil, no período de três anos
 - Remuneração do professor titular com dedicação exclusiva pode subir de R\$ 11,8 mil para R\$ 17,1 mil, nos próximos três anos
- Principais reivindicações dos professores
 - Carreira única para todos os professores das instituições federais (sem a distinção entre Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico)
 - Estrutura de carreira simples, dividida em 13 níveis, com degraus de 5% na referência salarial, a serem cumpridos a cada dois anos
 - Piso salarial com referência no salário mínimo do Dieese (atualmente R\$ 2.329,25), para 20 horas semanais
 - Ingresso através de concurso no nível inicial
 - Dedicação exclusiva como regime preferencial de trabalho

FONTE | Andes-SN, Agência Brasil, Ministério do Planejamento

© GRAFFO